

Consulta do Plano Básico Ambiental da Comunidade Remanescente do Quilombo do Degredo

Data: 23 de fevereiro de 2019

Horário: 09h30

Local: Terreno ao lado do CIC

O representante da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais, Tiago Cantalice, iniciou a plenária fazendo um resgate do processo de construção do Plano Básico Ambiental Quilombola; disse que seriam abordadas as ações de forma geral, e que questões metodológicas serão analisadas depois pela própria CT.

Cássio Barbosa apresentou os trabalhos do programa **Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar**. O grupo realizou uma discussão conceitual; em novembro, a ideia era a de debater as atividades produtivas numa lógica de empresa privada; isso ficou denominado, no encontro de novembro, como socioeconomia e empreendedorismo. A forma conceitual foi questionada pela Câmara Técnica, que não a considerou adequada para a lógica do Degredo. Etnodesenvolvimento seria a forma adequada; vislumbra-se adequar as possibilidades das pessoas da comunidade às possibilidades do mundo exterior a Degredo. Juntar o conhecimento tradicional aos diversos outros conhecimentos técnicos. Dar centralidade ao etnodesenvolvimento. Quatro tipos de atividades produtivas serão feitas: Intensificação da atividade de apicultura; retomada das atividades de agricultura familiar; exploração, plantio e beneficiamento de frutas; e turismo ecológico cultural.

A Fundação Renova vai contratar uma equipe especializada e quatro diagnósticos serão feitos – para isso, as pessoas serão ouvidas e será feito um levantamento de dados secundários (outras boas experiências e melhores práticas). A partir disso, será feita uma matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças); e uma articulação institucional e governamental para que haja escoamento advindo da produção de insumos realizada no território. Por fim, será feito um plano de negócios (um para cada atividade), que contará com uma assessoria para a sua implantação. Não houve nenhuma revisão profunda de conteúdo, nem nenhuma recusa. Somente cinco pontos de revisão:

- Exclusão dos termos técnicos e acadêmicos que encontram-se grafados em inglês e são da área da administração.
- Que o trabalho da assessoria se dê por, pelo menos 1 ano, podendo passar de um ano, a depender do ciclo de plantio das produções envolvidas, e não, por 3 meses, como inicialmente estava pactuado.
- A Fundação Renova, em parceria com a assessoria contratada, garantirá as articulações necessárias para o escoamento da produção.
- O beneficiamento de frutas não deverá ser somente para produção de polpa, mas para a produção de outros subprodutos, através de outros insumos e partes da fruta.
- O trabalho da assessoria técnica também contemplará outras possibilidades de formação e capacitação (de ordem técnica e administrativa).

Perguntou-se à Assembleia e à Comissão se havia alguma consideração a ser feita. José Costa disse que referenda. Caroline Molina pondera que as formações e capacitações devam se

José Costa
Caroline Molina

Marcos

[assinatura]

[assinatura]

estender a outras áreas que, porventura, haja necessidade ou desejo da comunidade. Por consenso, votou-se e validaram-se as propostas.

Programa de Meio Ambiente e Pesca:

Corinne Lopes apresentou as principais modificações do programa. A indenização foi retirada do programa.

O programa do meio ambiente passa a contemplar 3 tipos de monitoramento – Monitoramento da água bruta e do solo, monitoramento da ictiofauna (qualidade do pescado) e Monitoramento da água para consumo humano.

As ressalvas foram:

Monitoramento ambiental (água bruta, solo marginal, sedimentos de fundo e biota aquática):

- 1 - Deve ser elaborado um mapa com pontos de coleta e coordenadas geográficas, para acompanhamento da comunidade dos pontos de amostragem.
- 2 – Devem permanecer os pontos de amostragem para coleta de material já definidos pela comunidade, podendo ser incluídos novos pontos.
- 3 - As coletas para monitoramento devem ser acompanhadas, além da própria comunidade, por uma equipe composta por representantes de órgãos ambientais, que também deve referendar a credibilidade do laboratório responsável pela coleta e análise dos dados.
- 4 – O termo final da realização das campanhas de coleta para monitoramento, ou seja, o prazo final para a atividade da coleta deve ser o atendimento à legislação ambiental vigente ou até que se tenha dados suficientes para tomada de decisões dos órgãos responsáveis de forma a garantir a confiança da população.

Monitoramento da ictiofauna:

- 1 - O enquadramento desse monitoramento deve migrar para a área da saúde, de forma a atender às legislações vigentes em território brasileiro, referentes à saúde.
- 2 – O termo final da realização das campanhas de coleta para monitoramento, ou seja, o prazo final para a atividade da coleta deve ser o atestado de qualidade do Ministério da Saúde/ANVISA.

Monitoramento da água para consumo humano:

- 1 - O enquadramento desse monitoramento deve migrar para a área da saúde, de forma a atender às legislações vigentes em território brasileiro, referentes à saúde.
- 2 – O termo final dos encontros do grupo de trabalho para pensar a ação estruturante de provisionamento da água deve ser de 1 ano após a entrega da obra referente à distribuição da água potável na localidade.

O plano de comunicação já aprovado pela Câmara Técnica deve ser considerado. Além de repassar informações básicas à comunidade, a CT sugeriu que sejam realizadas ações para atuar a partir das informações advindas do monitoramento. Rafaeli Brune e Adelino Ribeiro farão outras considerações conceituais e de legislação no documento, que serão feitas diretamente à HeP. As demais ressalvas foram aprovadas integralmente.

Programa Cultura, Identidade e Território

Stoufones
Oliver
Yose Leite Costa

Guilherme

Arnos

Vander

Tiago Cantalice fez uma apresentação do programa:

Inventário cultural – Primeira etapa: fase de levantamento preliminar de identificação do patrimônio material e imaterial. Lembrou-se da igreja como patrimônio histórico da população. Segunda etapa: coleta de informações com a própria comunidade. Terceira etapa: escrita de uma publicação do inventário e construção de um calendário de festejos (agenda cultural). O “livro da medicina”, o próprio inventário e o histórico da comunidade também serão convertidos em publicações e devem ser acessados por outras localidades, além do Degredo. Troca de saberes entre mestres de outros quilombos (levá-los também para dentro das escolas locais de forma a trazer orgulho e fortalecer a identidade dos quilombolas). Ressalva em relação ao prazo para elaboração do inventário: diminuição de 48 para 18 meses – uma vez que já há um grande material pronto (ECQ). Deve haver duas publicações distintas: uma da agenda e outra do inventário.

Construção de uma casa de tradição – Exposição fotográfica e de materiais culturais; espaço vivo, com formação cultural contínua formado por área construída e espaço ao ar livre. Espaço deve ter, ao menos, 150 metros quadrados, com três cômodos. Espaço equipado com materiais, como cadeiras, projetor e etc, conforme previsão no próprio programa. A construção utilizará mão-de-obra local. Formas de aquisição do terreno pela Fundação Renova – doação ou compra. Ressalva: inclusão de banheiros e de uma cozinha – sra. Eliana da Vitória pondera essa inclusão. Também será feita a construção de uma quadra poliesportiva (área externa anexa, usada como espaço de lazer e de realização de festejos). A construção do equipamento deve ser feito numa área central no território. No primeiro ano, deve ser reduzido o número de oficinas, de 24 para 12.

Construção de um espaço de lazer para Degredo – quadra já mencionada no item acima.

Ressalva: construção das duas obras acima se deem ao mesmo tempo e que sejam próximas ou vizinhas. Registre-se que a quadra deve ser coberta.

Aprovações do plano, de uma forma geral. Câmara Técnica recomenda que a HeP deve ser a responsável, junto com a comunidade, pela construção metodológica dos planos de ação e dos planos de negócios.

Programa Saúde e educação: Jaqueline Silva lembra que uma comunidade quilombola é uma comunidade culturalmente diferenciada e, por isso, a cultura permeia todos os programas. Poucas modificações em relação à proposta inicial: necessidade de articular as ações desse grupo com a questão da água – sem a reestruturação da questão da água, o viveiro não tem sustentabilidade. Enfatizada a necessidade capacitação técnica durante todo o processo do viveiro. Necessidade de atribuição de responsabilidades (às pessoas da comunidade) quanto ao gerenciamento do viveiro – o gerenciamento deve ser remunerado. Fundação Renova deve ficar à frente do viveiro até que o projeto seja sustentável (sugestão da Edna das Neves) – para garantia de todos os ciclos de geração de renda.

Equipe multidisciplinar de saúde – fortalecimento do sistema SUS local. Enfatizar o SUS dentro da questão territorial. Fundação Renova articulará a adaptação de um espaço que já existe da comunidade para intervenções da equipe multidisciplinar. Solicitação da Edna das Neves de que haja um banheiro, uma mini cozinha e um espaço de recepção nessa área dedicada ao atendimento de saúde (melhoria de um espaço já existente).

Gláucio Marques

Edna das Neves

Educação – Dada a relevância dos saberes das plantas medicinais da localidade, será escrito um “livro de medicina: plantas e rezas tradicionais do Degredo”; o livro deve estar atento às várias formas de aprendizagem. A ressalva é de inclusão das rezas na publicação.

Foi aprovada a criação de um eixo (transversal) recomendado pela Câmara Técnica: práticas pedagógicas de educação popular para circular por diversos ambientes de educação. Isso favorece o cumprimento de legislação referente ao tema.

Foi também aprovada a criação de uma proposta de educação ambiental alinhada aos monitoramentos realizados no programa do meio ambiente e pesca.

Nova ação: recomendação de articulação com a Secretaria Municipal de Educação para implementar uma creche em Degredo; aproveitar os espaços existentes na comunidade para essa implementação. Possibilidade de equipar/adaptar a escola, que se encontra fechada, bem como fornecer insumos para sua manutenção, nesse último caso, de responsabilidade da prefeitura. Edna das Neves e Simone de Jesus reforçam a necessidade de se olhar para a questão. Palmas da comunidade.

Edna das Neves fala que assim que o documento ficar finalizado, o cronograma deve ser muito bem observado, como parte essencial do processo de participação da comunidade; é uma forma de controle social e uma pactuação dentro do território.

Aprovação geral do programa.

Cássio Barbosa aborda o programa de Gestão Territorial e Processos Integrados - a comunidade deve se organizar para conseguir acompanhar todo o processo, mas a Comissão possui um papel central nesse caminho. Para isso, será realizado um processo de formação comunitária para apoiar a formação de lideranças (direitos sociais, políticas públicas, desenvolvimento local e qualidade de vida; dentre outros temas). Será preciso ordenar as ações de forma a possibilitar o monitoramento. Necessário pensar como será feito o funcionamento administrativo da associação (pode ser pensada a adequação de um espaço). Por fim, para execução desse plano apresentado, devem ser contratados, pelo menos, 16 profissionais (3 para a Coordenação Técnica), conforme apontamento e indicação no PBAQ.

Aprovação geral do programa.

Após leitura da ata e aprovação pelos presentes, a reunião se encerra às 16h15.

João Carlos Boes de Jesus
João Ben Spino de Oliveira Gomes
Simone de Jesus
Simone de Jesus
Caroline B. Molina
Tijão Costa
Edna das Neves e Nilva
José Duarte Costa
Jecilob Borges Cruz, Marcos da Silva Costa
Caroline B. Molina